



Simulados de Direito Eleitoral

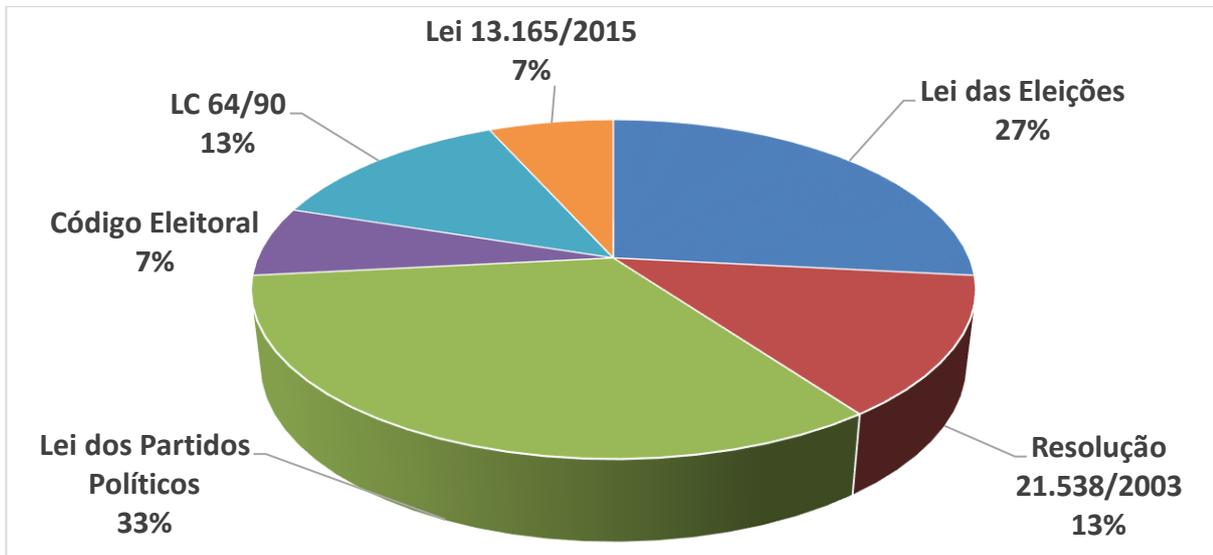
O Curso de Simulados de Direito Eleitoral para o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro é formado por **3 Simulados**, sendo que cada um contém **15 questões inéditas** comentadas em vídeo.

Simulado 01

Este curso é protegido por direitos autorais (copyright), nos termos da Lei n.º 9.610/1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.



Perfil das Questões



Questões

Questão 1 - (Banca Bruno Oliveira - 2017) Com base na Lei das eleições 9504/97, considere as assertivas abaixo:

- I. A eleição do Presidente importará a do candidato a Vice-Presidente com ele registrado, o mesmo não se aplica à eleição de Governador.
- II. Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição no último domingo de outubro, concorrendo os dois candidatos mais votados, e considerando-se eleito o que obtiver a maioria dos votos válidos.
- III. Serão realizadas simultaneamente apenas as eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital.
- IV. Será considerado eleito o candidato a Presidente ou a Governador que obtiver a maioria absoluta de votos, computados os em branco e os nulos.
- V. Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente III está correta.
- b) Somente as I, II e IV estão corretas.
- c) Todas estão corretas.
- d) Somente as II e V estão corretas.
- e) Somente as III e V estão corretas.



Questão 2 - (Banca Bruno Oliveira - 2017) Considerando a Resolução 21.538/2003, que dispõe do alistamento e serviços eleitorais mediante processamento eletrônico de dados, assinale a alternativa que, NÃO faz parte das operações adotadas para o preenchimento do requerimento de alistamento eleitoral, (RAE):

- a) Alistamento
- b) Transferência.
- c) Revisão.
- d) Avaliação.
- e) Segunda Via.

Questão 3 - (Banca Bruno Oliveira - 2017) O partido “Avante Brasil” recebeu indiretamente de um sindicato, uma contribuição em dinheiro através de depósitos em espécie, devidamente identificados, que foram lançadas corretamente na contabilidade do partido. Os gastos nas campanhas não ultrapassaram o limite estabelecido em lei pelo Tribunal Superior Eleitoral e as prestações de contas foram feitas de acordo com a lei das eleições. Com base na a Lei 9096/96 (Lei dos partidos políticos), assinale a opção correta:

- a) O referido partido, não sofrerá nenhuma sanção da justiça eleitoral, pois neste caso do texto acima, cumpriu com todos os requisitos legais.
- b) O referido partido fica suspenso por 6 meses do recebimento das quotas do fundo partidário até que o esclarecimento seja aceito pela Justiça Eleitoral.
- c) O referido partido ficará suspenso de participação no fundo partidário por um ano devido a constatação de violação de normas legais ou estatutárias da lei dos partidos políticos.
- d) Será cancelamento do registro civil e do estatuto do partido devido a não conformidade de ação do partido com a lei dos partidos políticos.
- e) O referido partido fica suspenso por dois anos à participação no fundo partidário e será aplicada ao partido uma multa.

Questão 4 - (Banca Bruno Oliveira - 2017) No que se refere sobre a filiação partidária, considere as assertivas e assinale a alternativa CORRETA.

- I. É indispensável ao partido político estabelecer, em seu estatuto, prazos de filiação partidária superiores aos previstos nesta Lei, com vistas a candidatura a cargos eletivos.
- II. Os prazos de filiação partidária, fixados no estatuto do partido, com vistas á candidatura a cargos eletivos, não podem ser alterados no ano da eleição.
- III. Para desligar-se do partido, o filiado faz comunicação escrita ao órgão de direção municipal e ao Juiz Eleitoral da Zona em que for inscrito.
- IV. Decorridos três dias da data da entrega da comunicação de desligamento, o vínculo torna-se extinto, para todos os efeitos.
- V. O cancelamento imediato da filiação partidária verifica-se nos casos de morte, perda dos direitos políticos e expulsão.



- a) Somente as II, IV.
- b) Somente as I, III e V.
- c) Somente as I, II e IV.
- d) Todas estão corretas.
- e) Somente as II, III e V.

Questão 5 - (Banca Bruno Oliveira - 2017) Os órgãos da Justiça Eleitoral possuem composição híbrida, além disso o Código Eleitoral estabelece competências originárias e privativas para cada um dos órgãos. A respeito da composição e competência, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os três ministros do STF que compõem o TSE ficam impedidos de voto em questão constitucional no processo eleitoral em que atuarem.
- b) Compete privativamente ao TSE esclarecer sobre matéria eleitoral, tendo tais esclarecimentos caráter normativo.
- c) O presidente do TRE é desembargador estadual, e não federal, cuja nomenclatura foi recente, e não ao tempo da CF/88, logo, a escola para presidência do TRE será um membro do Tribunal de Justiça, até porque são dois desembargadores do TJ, em que um será o Presidente, e não do TRF.
- d) As juntas eleitorais são órgãos colegiados da Justiça Eleitoral com duração efêmera e competência exclusiva e limitada.
- e) Compete ao Tribunal Regional Eleitoral, por seu pleno, aprovar os nomes que forem indicados pelo Juiz Eleitoral para comporem as juntas eleitorais, mas ao Presidente do Tribunal competente a nomeação.

Questão 6 - (Banca Bruno Oliveira - 2017) O registro de candidatos se constitui uma etapa jurisdicional dentro da fase preparatória do processo eleitoral. Registrados, os candidatos assumem essa condição em caráter oficial, terminando o que politicamente se convencionou chamar de “candidato a candidato”. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) O estatuto do partido político deverá dizer quem compõe as respectivas convenções e quem, nelas, poderá votar, estabelecendo os respectivos quóruns. Trata-se de matéria exclusiva de sua organização e funcionamento e, sobre ela, a sigla tem plena autonomia.
- b) As convenções partidárias deverão ser realizadas dos dias 20 de julho a 05 de agosto.
- c) Faz parte do rol de documentos para registro de candidatura o título eleitoral e ata da convenção partidária, vedada para as duas hipóteses, o uso de cópia.
- d) Se o pedido de registro de candidato for formulado por coligação, deve ele ser subscrito pelos presidentes dos partidos políticos, por seus delegados, representante da coligação ou juiz eleitoral da circunscrição.



e) A declaração de bens do candidato, da qual precisa constar a origem e as mutações patrimoniais, objetivam constituir-se prova em eventual e futuro processo de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, confrontando-se a situação de seu patrimônio anterior à eleição e suas mutações durante o mandato.

Questão 7 - (Banca Bruno Oliveira - 2017) Acerca da Lei das Inelegibilidades (LC 64/90), analise as assertivas abaixo quanto aos prazos para desincompatibilização para Presidente e Vice-Presidente da República, assinalando a alternativa **INCORRETA**:

- a) Para Ministros de Estado; Advogado-Geral da União; Consultor-Geral da República; Comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica, até 6 (seis) meses depois de afastados definitivamente de seus cargos e funções:
- b) Para os ocupantes de cargo ou função de direção, administração ou representação em entidades representativas de classe, mantidas, total ou parcialmente, por contribuições impostas pelo poder público ou com recursos arrecadados e repassados pela Previdência Social, que se afastem 4 (quatro) meses anteriores ao pleito.
- c) Servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios, inclusive das fundações mantidas pelo Poder Público, que se afastem até 4 (quatro) meses anteriores ao pleito.
- d) Chefes dos Gabinetes Civil e Militar do Governador do Estado ou do Distrito Federal; Comandantes do Distrito Naval, Região Militar e Zona Aérea; Diretores de órgãos estaduais ou sociedades de assistência aos Municípios, até 6 (seis) meses depois de afastados definitivamente de seus cargos ou funções:
- e) Para os que tenham exercido cargo ou função de direção, administração ou representação em pessoa jurídica ou em empresa que mantenha contrato de execução de obras, de prestação de serviços ou de fornecimento de bens com órgão de Poder Público ou sob seu controle, salvo no caso de contrato que obedeça a cláusulas uniformes, afastamento definitivo 6 (seis) meses anteriores ao pleito.

Questão 8 - (Banca Bruno Oliveira - 2017) Relativo a Lei 9096/96, a Justiça Eleitoral exerce a fiscalização sobre a prestação de contas do partido e das despesas de campanha eleitoral, devendo atestar se elas refletem adequadamente a real movimentação financeira, os dispêndios e os recursos aplicados nas campanhas eleitorais. Sabendo disso, assinale o item correto quanto à exigência de observação das normas que ela se baseia:

- a) Obrigatoriedade de constituição de comitês e designação de dirigentes partidários específicos, para movimentar recursos financeiros nas campanhas eleitorais.
- b) Caracterização da responsabilidade dos dirigentes do partido e comitês, inclusive do tesoureiro, que responderão, civil e criminalmente, por quaisquer irregularidades.
- c) Escrituração contábil e um relatório financeiro com documentação que comprove a entrada e saída de dinheiro ou de bens recebidos e aplicados.



- d) Obrigatoriedade de ser conservada pelo partido, por prazo não inferior a quatro anos, a documentação comprobatória de suas prestações de contas.
- e) Obrigatoriedade de prestação de contas pelo partido político e por seus candidatos no encerramento da campanha eleitoral, com o recolhimento imediato à tesouraria do partido dos saldos financeiros eventualmente apurados.

Questão 9 - (Banca Bruno Oliveira - 2017) Segundo a Lei das eleições 9504/1997, acerca dos registros dos candidatos, analise as alternativas e assinale a correta:

- a) Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 140% (cento e quarenta por cento) do número de lugares a preencher.
- b) Nas unidades da Federação em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não exceder a doze, nas quais cada partido ou coligação poderá registrar candidatos a Deputado Federal e a Deputado Estadual ou Distrital no total de até 180% (cento e oitenta por cento).
- c) Nos Municípios de até cem mil eleitores, nos quais cada coligação poderá registrar candidatos no total de até 200% (duzentos por cento) do número de lugares a preencher.
- d) Nas unidades da Federação em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não exceder a doze, nas quais cada partido ou coligação poderá registrar candidatos a Deputado Federal e a Deputado Estadual ou Distrital no total de até 150% (cento e cinquenta por cento).
- e) Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 160% (cento e sessenta por cento) do número de lugares a preencher.

Questão 10 - (Banca Bruno Oliveira - 2017) A Lei 13.165/2015 provocou inúmeras alterações no Código Eleitoral (Lei 4.737/1965). Sobre essas mudanças, assinale a alternativa que é compatível com essas mudanças:

- a) O eleitor que sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou de que se justificou devidamente, não poderá obter passaporte, salvo se ele, no exterior, requerer novo passaporte para identificação e retorno ao Brasil.
- b) Da homologação da respectiva convenção partidária até a diplomação e nos feitos decorrentes do processo eleitoral, não poderão servir como juízes nos Tribunais Eleitorais, ou como juiz eleitoral, o cônjuge ou o parente consanguíneo ou afim, até o quarto grau, de candidato a cargo eletivo registrado na circunscrição.
- c) O prazo de entrada em cartório ou na Secretaria do Tribunal, conforme o caso, de requerimento de registro de candidato a cargo eletivo terminará, improrrogavelmente, às dezenove horas do dia 05 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.
- d) Estarão eleitos, entre os candidatos registrados por um partido ou coligação que tenham obtido votos em número igual ou superior a 10% (dez por cento) do quociente

partidário, tantos quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.

e) Os Tribunais Regionais Eleitorais deverão, a cada eleição, expedir instruções aos Juízes Eleitorais para orientá-los na escolha dos locais de votação, de maneira a garantir acessibilidade para o eleitor com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive em seu entorno e nos sistemas de transporte que lhe dão acesso.

Questão 11 - (Banca Bruno Oliveira - 2017) Com base na Lei dos partidos políticos (Lei nº 9096/96), só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove, no período de dois anos, o apoio de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles

b) 5% (cinco por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 1% (um por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles.

c) 0,5% (cinco décimos por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles. d) 0,05% (cinco centésimos por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por dois terços, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,01% (um centésimos por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles.

e) 1% (um por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos brancos e nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles.

Questão 12 - (Banca Bruno Oliveira - 2017) Considerando a Resolução 21538/2003, na hipótese de ilícito penal considere as assertivas e marque a correta:

a) Fica regulamento que apenas partido político ou Ministério Público poderão se dirigir formalmente ao juiz eleitoral, corregedor regional ou geral, no âmbito de suas respectivas competências, relatando fatos e indicando provas para pedir abertura de investigação com o fim de apurar irregularidade no alistamento eleitoral.



- b) Manifestando-se o Ministério Público pela existência de indício de ilícito penal eleitoral a ser apurado, o processo deverá ser remetido, pela autoridade judiciária competente, à Polícia Federal para instauração de inquérito policial.
- c) Inexistindo unidade regional do Departamento de Polícia Federal na localidade onde tiver jurisdição o juiz eleitoral a quem couber decisão a respeito, a remessa das peças informativas será feita por intermédio da Polícia Federal do município mais próximo.
- d) Decidida a duplicidade ou pluralidade e tomadas as providências de praxe, se duas ou mais inscrições em cada grupo forem atribuídas a um mesmo eleitor, excetuados os casos de evidente falha dos serviços eleitorais, os autos deverão ser remetidos ao corregedor regional ou geral.
- e) Arquivado o inquérito ou julgada a ação penal, o juiz eleitoral comunicará, sendo o caso, a decisão tomada à autoridade judiciária que determinou sua instauração, com a finalidade de tornar possível a adoção de medidas cabíveis na esfera executiva.

Questão 13 - (Banca Bruno Oliveira - 2017) Com respeito ao que diz a LC 64/90, atente-se para os itens abaixo sobre os inelegíveis para Prefeito e Vice-Prefeito:

- I. As autoridades policiais, civis ou militares, com exercício no Município, nos 4 (quatro) meses anteriores ao pleito.
- II. No que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para os cargos de Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, observado o prazo de 6 (seis) meses para a desincompatibilização.
- III. Os membros do Ministério Público e Defensoria Pública em exercício na Comarca, nos 3 (três) meses anteriores ao pleito, sem prejuízo dos vencimentos integrais.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente I está correta.
- b) Somente a II e III estão corretas.
- c) Somente a III está correta.
- d) Somente as I e II estão corretas.
- e) Todas estão corretas.

Questão 14 - (Banca Bruno Oliveira - 2017) Segundo a Lei 9096/96 (Lei dos Partidos Políticos), indique a alternativa INCORRETA, quanto ao Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) e sua constituição:

- a) Por multas e penalidades pecuniárias aplicadas nos termos do Código Eleitoral e leis conexas.
- b) Por recursos financeiros que lhe forem destinados por lei, em caráter permanente ou eventual.



- c) Por doações de pessoa física ou jurídica, efetuadas por intermédio de depósitos bancários diretamente na conta do Fundo Partidário.
- d) Por dotações orçamentárias da União em valor nunca inferior, cada ano, ao número de eleitores inscritos em 31 de dezembro do ano anterior ao da proposta orçamentária, multiplicados por trinta e cinco centavos de real, em valores de agosto de 1995.
- e) Por doações realizadas por órgão ou entidade estrangeira.

Questão 15 - (Banca Bruno Oliveira - 2017) Com base na Lei das eleições (Lei nº 9504/1997), no tocante à ocorrência de homonímia, assinale a alternativa CORRETA quanto as disposições que a Justiça Eleitoral deve-se atentar para realizar os procedimentos cabíveis:

- I. Após todos os tramites legais expressos na Lei 9.504/1997, e ainda sim, não havendo acordo determinado pela Justiça Eleitoral, ela registrará cada candidato com o nome e sobrenome constantes do pedido de registro, observada a ordem de preferência ali definida.
- II. Ao candidato que, pela sua vida política, social ou profissional, seja identificado por um dado nome que tenha indicado, será deferido o registro com esse nome, ficando outros candidatos impedidos de fazer propaganda com esse mesmo nome.
- III. Tratando-se de candidatos cuja homonímia não se resolva pelas regras expressas na Lei 9504/1997, a Justiça Eleitoral deverá notificá-los para que, em dois dias, cheguem a acordo sobre os respectivos nomes a serem usados.
- IV. Havendo dúvida, poderá a Justiça Eleitoral, exigir do candidato prova de que é conhecido por dada opção de nome, indicada no pedido de registro.
- V. Ao candidato que, na data máxima prevista para o registro, esteja exercendo mandato eletivo ou o tenha exercido nos últimos quatro anos, ou que nesse mesmo prazo se tenha candidatado com um dos nomes que indicou, será deferido o seu uso no registro, ficando outros candidatos impedidos de fazer propaganda com esse mesmo nome.

- a) Somente III e V estão corretas.
- b) Todas alternativas estão corretas.
- c) Somente II e V estão corretas.
- d) Somente II, III e IV estão corretas.
- e) Somente I está correta.



Finalização

Este foi o nosso primeiro **Simulado de Direito Eleitoral para o TRE-RJ**. Caso tenham interesse em adquirir os outros dois, basta acessar ao site www.eleitoralcombruno.com.br.

Bons estudos e, qualquer dúvida:

Prof. Bruno Oliveira

WhatsApp: (34) 9 9216 1829

E-mail: contato@eleitoralcombruno.com.br

Página: www.facebook.com/concursos eleit orais

Site: www.eleitoralcombruno.com.br